

8 DE NOVEMBRO DE 1891: UMA “REVOLUÇÃO” ESQUECIDA NO PASSADO DO RIO GRANDE

FRANCISCO DAS NEVES ALVES¹

RESUMO

A transição Monarquia–República no Rio Grande do Sul se caracterizaria por grande agitação política, partidária e ideológica, num agravamento de conflitos que redundaria em luta armada com a deflagração da Guerra Civil de 1893-1895. Antes disto, as disputas pelo poder levariam à derrubada de Júlio de Castilhos, em novembro de 1891, a partir de uma mobilização de forças contrárias ao golpe perpetrado pelo primeiro Presidente da República. As forças de oposição buscaram aproximações no sentido de apelar o líder republicano gaúcho do poder, resultando em ampla agitação popular e naquilo que viria a se denominar Revolução de 8 de Novembro. A partir do longo predomínio do modelo castilhistaborgista, esse movimento foi verdadeiramente apagado do “panteão” das datas cívicas sul-rio-grandenses. Este ensaio busca resgatá-lo a partir da perspectiva do jornal rio-grandino *Diário do Rio Grande*.

PALAVRAS-CHAVE: transição Monarquia–República, Rio Grande do Sul, Revolução de 8 de Novembro, imprensa, cidade do Rio Grande

A fase de implementação da República Brasileira teria ao final de 1891 um de seus pontos chaves. Após mais de um ano de regime ditatorial, através do Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, o país deveria retomar seus rumos institucionais, a partir da promulgação da primeira constituição sob a nova forma de governo e a instauração de um Estado Nacional Liberal Republicano. Entretanto, a República ainda não estava consolidada, havendo uma séria disputa quanto aos rumos a serem seguidos, advinda das disparidades político-ideológicas entre os grupos que se enfrentavam pelo poder, cada qual defendendo a sua “verdadeira república”, de acordo com suas convicções partidárias particulares. Apesar dos moldes liberais predominantes, em termos constitucionais, desde a formação do Estado Nacional, a ocorrência de atitudes autoritárias de parte dos governantes tornou-se comum, e a partir de 1889 essa característica se tornaria

¹ Professor do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG; Doutor em História – PUCRS.

ainda mais incisiva, mormente durante os primeiros governos militares.

Nesse contexto, Deodoro da Fonseca, proclamador e primeiro presidente da jovem República, não fugiria à regra, constituindo-se num dos mais autoritários entre os governantes brasileiros pós-1889. Desde os embates na Constituinte até a promulgação da Constituição, ficou notório que Deodoro, deixando de ser o presidente provisório/ditador, e se tornando presidente constitucional, escolhido em eleição indireta, não se adaptaria às novas circunstâncias, ou seja, sua inspiração autoritária não se coadunava com a divisão de poderes que se instituiu a partir de então. Não aceitando governar junto do Legislativo, o marechal-presidente inaugurou uma ação que se tornaria recorrente na vida política brasileira, perpetrando um golpe de Estado e fechando o Congresso Nacional. Especificamente no Rio Grande do Sul, o autoritarismo também campeava, uma vez que, seguindo moldes positivistas, Júlio de Castilhos e seus sectários do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) empreendiam uma política de exclusão partidária absoluta, ou seja, quem não seguisse ao extremo a cartilha castilhista poderia perder as esperanças de galgar espaços em direção ao poder. Para garantir a perpetuação desse estado de coisas, os castilhistas buscavam montar um monolítico aparelho burocrático-administrativo, repressivo-militar e político-ideológico, resultando daí uma acirrada oposição, formada pelos grupos apeados/alijados do poder, entre eles os antigos liberais-gasparistas, os conservadores – mesmo os republicanos de última hora – e os dissidentes republicanos.

O golpe de Estado levado a efeito por Deodoro da Fonseca seria um divisor de águas na história política nacional e regional, uma vez que a partir dele se desencadeou uma onda de reações contrárias, exigindo-se a volta da normalidade das instituições. Diante da pressão, e notadamente a partir da reação adversa de segmentos das forças armadas ao golpe, Deodoro viria a renunciar. Antes disso, no quadro regional, a atitude presidencial traria fortes conseqüências, uma vez que Júlio de Castilhos, tradicional aliado do Presidente da República, adotaria posição ambígua diante do golpe, do que se aproveitaram as oposições, pressionando os detentores do poder, culminando com a derrubada do líder do PRR. Começava então um breve interregno na escalada dos castilhistas ao controle do aparelho do Estado no Rio Grande do Sul, formando-se aquilo que estes chamariam pejorativamente de Governicho, um período de sete meses em que as oposições chegaram ao poder, revelando incongruências, contradições e disparidades partidário-ideológicas tão profundas que levaram ao

fracasso desse governo, com a perpetração de um novo golpe e a retomada do castilhismo ao controle do Estado¹.

O movimento em protesto ao golpe presidencial ficaria à época conhecido como Revolução de 8 de Novembro de 1891. Os mantenedores da revolta argumentavam estar promovendo um embate contra o autoritarismo ditatorial do presidente, e também, direta/indiretamente, contra o autoritário modelo castilhista. Esse espírito “libertário” dos revoltosos de 1891 acabaria por não conseguir manter seu projeto de permanência no poder. Em curto prazo, Júlio de Castilhos e seus seguidores voltariam ao governo, apoiados inclusive pelo novo presidente, Floriano Peixoto, tão ou mais autoritário que seu antecessor. O combate ao autoritarismo em pouco tempo se tornaria inglório, no entanto as arestas partidárias foram acirradas e a guerra civil seria um caminho inevitável. Os promotores do movimento que derrubara Castilhos e Deodoro, reunindo um heterogêneo grupo de descontentes com a situação vigente, buscaram plasmar uma identidade à Revolução de 8 de Novembro como uma luta da “liberdade contra a tirania”². A derrota dos mesmos, entretanto, levaria a um “esquecimento” da rebelião, apagada que foi dos anais da história pelos castilhistas vencedores.

A imprensa seria um dos principais agentes da Revolução de 8 de Novembro, atuando na divulgação, difusão e fermentação do espírito rebelde. Na cidade do Rio Grande, ocorreram algumas das mais significativas manifestações contrárias ao golpe deodoroista, e os jornais, de forma mais branda ou incisivamente, debateram a questão, chegando a exigir o afastamento dos governantes³. O papel da cidade

¹ A respeito desta conjuntura histórica, ver: FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 191-216; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975; MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul 89 - 90 - 91*. Porto Alegre: Tipografia Thurman, 1939; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983; PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986; TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191; e VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897.

² ALVES, Francisco das Neves. A Revolução de 8 de Novembro na cidade do Rio Grande. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (org.). *Anais do VIII Ciclo de Conferências Históricas*. Rio Grande: FURG, 1999a. p. 40-41.

³ ALVES, Francisco das Neves. O golpe de Estado de Novembro de 1891 e as repercussões na cidade do Rio Grande. *Biblos*. Rio Grande: Ed. da FURG, v. 11, p. 64, 1999b.

portuária seria considerado fundamental para o sucesso da revolta, e as folhas, até então bastante cerceadas pelo controle das autoridades públicas, encontraram espaço para manifestar sua desaprovação em relação às práticas políticas no momento reinantes. Um dos mais importantes e tradicionais jornais rio-grandinos circulando à época era o *Diário do Rio Grande* (DRG), editado desde 1848. Apesar de ter como norte editorial o primado da notícia, buscando sustentar uma posição apolítica e apartidária, o *Diário*, como a maior parte dos jornais de então, não era neutro, aproximando-se, desde o fim dos anos setenta, aos liberais. Com a República, a folha adotaria uma postura de silenciamento diante da crise política predominante no Rio Grande do Sul, mormente tendo em vista a repressão governamental⁴.

Durante o breve interregno de certa liberdade de expressão a partir de novembro de 1891, o *Diário do Rio Grande* se faria presente entre as vozes que reagiriam contrariamente ao golpe de Estado e aplaudiria a Revolução de 8 de Novembro, ainda que, de acordo com seu estilo, o jornal não fosse tão veemente em seus ataques aos governantes, principalmente no quadro regional, ainda mais se comparado a outras publicações mais combativas, caso do também rio-grandino *Echo do Sul*. Mesmo assim, as manifestações do *Diário* serviram aos propósitos de mais um conflito discursivo travado através da imprensa rio-grandense-do-sul, posicionando-se como inimigo dos golpistas e aliado dos revolucionários. Essa construção discursiva mais aberta logo seria freada e, a partir do retorno dos castilhistas ao poder, o periódico mergulharia em outra fase de silêncio quase absoluto quanto aos temas da política, sofrendo diretamente com o cerceamento à livre expressão do jornalismo.

As primeiras impressões do *Diário do Rio Grande* sobre o golpe desfechado por Deodoro da Fonseca fizeram referência à falta de informações sobre os eventos na Capital Federal. Com certa ironia, o jornal publicava o editorial “Tudo em paz”, revelando ao público leitor que não era de normalidade o clima no Rio de Janeiro. O jornal questionava: se tudo estava em paz, como queria fazer crer o governo, qual o motivo para coibir-se a liberdade do telégrafo? – indicando que não havia razão que justificasse a restrição ao serviço telegráfico, a qual ocasionava naturalmente não pequenos transtornos às comunicações

⁴ Sobre a evolução histórica do jornal e a conjuntura na qual circulou, bem como acerca de alguns dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2001; ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002.

particulares (DRG, 6/11/1891, p. 1). Chegada a notícia da ação autoritária do governante, o *Diario* colocou-se em aberta oposição a esta, argumentando aqueles que pensavam que, com a promulgação da constituição, estava legalmente constituída a República, acabavam de ter prova do contrário, estando o país como durante o governo provisório, sem outra lei que a vontade dos ministros. Demarcando a ruptura institucional, a folha argumentava que não havia constituição, nem nunca a houvera no regime então vigente, já que aquela votada pelo Congresso e promulgada pelo Presidente da República fora, desde os seus primeiros dias, violada por aqueles que prometeram respeitá-la e cumpri-la (DRG, 7/11/1891, p. 1).

O periódico rio-grandino lançou severa censura sobre o ato do Presidente da República, destacando que o governo era da ditadura, e os que duvidassem, que vissem na dissolução do Congresso e na criação da nova comissão *juizadora de crimes políticos* a prova da sua ingenuidade e boa-fé. O *Diario* lamentava que em breve completaria a República o seu segundo aniversário, mas parecia que ao invés de progredir estava retrogradando, de modo que, como em 1889, o que imperava era a ditadura, ou seja, uma burla à verdade do sistema representativo. Para a folha, os resultados do golpe seriam inócuos ou funestos, servindo apenas para os interesses dos detentores do Executivo, os quais queriam um Congresso que, em vez de legítimo representante dos interesses nacionais, fosse simplesmente executor subserviente da vontade dos governantes, de maneira que a situação era a de não se ter adiantado um só passo para a organização e consolidação da República (DRG, 7/11/1891, p. 1).

As incertezas e a insegurança quanto aos rumos do país foram refletidas nas páginas do *Diario do Rio Grande* nas edições entre 8 e 11 de novembro, registrando a calma entre a população, apesar de certa apreensão; os vários grupos que comentavam os acontecimentos; as pessoas que acorreram à Caixa Econômica, mas, por ordem superior, foram proibidas de sacar qualquer quantia; o deslocamento de tropas e de chefes militares e o levantamento de barricadas; a suspensão da proibição imposta ao correio e à entrada e à saída de embarcações; e o restabelecimento das comunicações telefônicas e das linhas telegráficas. O jornal noticiava também a expansão da revolução contra o ato presidencial, com a constante adesão de novas localidades, veiculando informações sobre a revolta em várias cidades. Uma das grandes preocupações do periódico era a de apresentar a idéia de um movimento reivindicatório que, ainda que revolucionário, não estava a perturbar frontalmente a ordem pública, tratando-se, isto sim, de uma luta meritória contra a tirania.

Divulgava o *Diario* que nenhum incidente ocorrera que viesse a perturbar a calma habitual da cidade, surgindo apenas muitos boatos e inúmeras notícias contraditórias, que continuavam a circular e para as quais era conveniente dar toda a reserva, pois, explicava, como sempre em período revolucionário, ocorria muita balela merecedora de fortes prevenções. O jornal, preocupado com a imagem brasileira no exterior, buscava demarcar a diferença daquele processo revolucionário para com as rebeliões dos vizinhos sul-americanos, destacando a ordem que vinha reinando naqueles dias, que contrastava notavelmente com as desordens, as perseguições e a anarquia que se observavam em tais ocasiões nas repúblicas do Prata e do Pacífico. Narrava, assim, que as famílias continuavam nos seus passeios e nas suas visitas às lojas, como se não fosse anormal e prenhe de perigos a situação que se atravessava. Na opinião do periódico, esse comportamento advinha da forma digna de elogios como se tinham conduzido os chefes do movimento e pessoal sob suas ordens, concluindo ao afirmar que não se cansaria de pôr em evidência esse fato, que tanto honrava o caráter brasileiro (DRG, 12/11/1891, p. 1).

Ainda que se manifestasse de forma crítica quanto à atitude de Deodoro e favorável à causa revolucionária, o *Diario* era mais sutil ao tratar da política regional, não abordando tão abertamente o combate estendido à figura de Júlio de Castilhos. Nesse sentido, o jornal limitou-se a informar seus leitores acerca da derrubada do Presidente do Estado, noticiando que recebera telegrama de Porto Alegre que comunicava a deposição do governante e a aclamação provisória de seu substituto. As constantes perseguições no âmbito estadual deixaram os responsáveis pelo *Diario do Rio Grande* “escaldados” e, portanto, cuidadosos, quanto às suas declarações, não fazendo, ao contrário de outros periódicos, uma associação direta entre Deodoro e Castilhos. Desse modo, limitou-se a dizer que apesar os sectários do castilhismo do poder não era o anelo fundamental do movimento de 8 de Novembro, que não estaria, assim, completo, explicando que, se a revolução tivesse unicamente por objetivo a deposição do Dr. Castilhos, poder-se-ia considerá-la como terminada, no entanto, sendo ela originada pelo ato prepotente do Marechal Deodoro, dissolvendo inconstitucionalmente o Congresso Nacional e proclamando-se em ditadura, considerava que a revolução prosseguiria até demonstrar ao ditador, de forma bastante expressiva, o descontentamento, ou antes a indignação que o seu ato causou no Rio Grande. De acordo com essa perspectiva, a publicação rio-grandina considerava que o exército e o povo manter-se-iam na atitude armada e hostil que assumiram, até que o Presidente da República, com a sua retirada espontânea ou forçada

do poder, desse ao país uma satisfação correspondente ao atentado que praticara (DRG, 13/11/1891, p. 1).

No combate ao golpe deodorista, o *Diario* chegou a ser incisivo, propondo que convinha, fazendo-se abstração de ressentimentos, a união de todos como um só homem para derrotar o despotismo, já que o resultado da luta dependia tanto da unidade e homogeneidade de vistas, como da própria energia e valor dos combatentes, e que sem união não haveria força que pudesse alcançar bons resultados. Nessa linha, o jornal conclamava que se fizessem tréguas às ambições, aos despeitos e caprichos, pois seria isso o essencial para que os batalhadores da nobre causa da liberdade conseguissem o *desideratum* por amor do qual se lançaram à luta. Explicava ainda que a paixão não poderia se interpor entre os revolucionários e o seu alevantado objetivo, pois poderia constituir um instrumento de mau êxito na campanha de regeneração política e social. Desejando que os rebeldes pairassem acima de suas idiosincrasias partidárias, o periódico exclamava que a união era a condição mais essencial ao feliz sucesso da luta em que estava empenhado o Rio Grande e sem ela poderiam não ser profícuos os mais hercúleos esforços do patriotismo, do amor da liberdade e do próprio instinto da conservação. Finalmente, aconselhava o jornal que se mantivesse a unidade de vistas como requisito indispensável ao triunfo definitivo da revolução e que a união fosse a divisa de todo o Rio Grande no grave momento histórico que se estava atravessando (DRG, 14/11/1891, p. 1).

O *Diario do Rio Grande* já apontava os fatores que demarcaram a derrocada do governo de sete meses dos anticastilhistas, quer seja, a heterogeneidade ideológica e partidária. Apesar de não aprofundar opiniões quanto à derrubada de Júlio de Castilhos, o jornal narrou os acontecimentos festivos desencadeados na cidade do Rio Grande. Narrava que se realizara uma manifestação de regozijo pelo primeiro triunfo da revolução, com a queda do presidente Castilhos, manifestação que tivera começo na casa da Câmara – onde já haviam tomado posse os novos representantes dos diferentes segmentos da oposição – e depois da sessão solene da Junta Provisória e do pronunciamento de discursos, saíram os manifestantes a percorrer várias ruas, acompanhados de bandas de música e imenso concurso de povo. A descrição do préstito dizia que as pessoas, de passagem, cumprimentaram as redações das folhas diárias, as quais agradeceram a saudação, terminando com vivas ao Exército e à Armada, ao povo rio-grandense e à soberania nacional, terminando a manifestação popular novamente em frente à casa da Câmara, depois de outros discursos terem sido proferidos, lavrando-se ata pública que descrevia os

acontecimentos (DRG, 14/11/1891, p. 1).

A efeméride de dois anos de existência da República serviu de ponto de reflexão à imprensa sobre o momento histórico vivido pelo país, e com o *Diário do Rio Grande* não seria diferente, revelando sua decepção para com os detentores do poder e o modelo que tomara a nova forma de governo. O jornal chamava a atenção para o conjunto de desilusões que teria marcado os últimos dois anos, para o qual quem mais tinha contribuído eram precisamente aqueles que mais deveriam trabalhar para consolidar a República, elevando-a no conceito geral dos povos. Segundo a folha, a maior culpa cabia ao primeiro presidente, uma vez que Deodoro vinha sendo a principal causa da precária situação em que se achava o país, do mal-estar de todas as classes sociais, da perturbação que se notava em todos os serviços públicos e em todos os ramos de trabalho. O governante era descrito com incapaz para bem compreender os deveres inerentes à sua alta posição, tendo-se convertido em instrumento inconsciente dos ambiciosos vulgares que tanto o comprometiam (DRG, 15/11/1891, p. 1).

Nas considerações sobre o último biênio, o *Diário* dizia que uma das maiores causas dos erros cometidos pelo Presidente da República havia sido a má escolha de seus assessores. Afirmava o periódico que Deodoro, não compreendendo que o pessoal que o rodeava nada mais tinha em vista que abusar da sua boa fé e ignorância, estava impelindo o país para o abismo, quando podia, pelo contrário, levá-lo a um futuro de prosperidade e grandeza. Sobre as possíveis comemorações pelo aniversário da forma de governo instaurada em 1889, o jornal lamentava que aquele dia poderia ser de galas para a pátria brasileira, se outra fosse a orientação, o critério e o patriotismo dos que a governavam, mas não o era, constituindo-se, unicamente, numa data de luto, uma vez que certamente não era esta a república pela qual tanto teriam se esforçado os antigos propagandistas, nem a que imaginaram os que franca e lealmente aceitaram essa nova forma de governo. Segundo a folha, todos queriam uma república democrática, vazada nos melhores moldes, visando ao engrandecimento da pátria, prestando culto à liberdade e representando a lei. No entanto, lastimava que em vez disso o que se via era o chefe da nação e principal fundador da República, deturpando-a nos seus fins grandiosos, rasgando a Constituição e proclamando-se ditador, afrontando o país com a sua vontade prepotente e incompatibilizando-se com a opinião, que haveria de afinal condená-lo, como o Rio Grande já o fizera. Considerando que o momento não era de festividades, a publicação rio-grandina vaticinava que os patriotas que aspiravam a ver a nação grande, forte, cheia de prestígio e respeitada, em vez de festas, deveriam fazer votos para que,

com a queda da tirania, ressurgisse para a República uma nova época de esplendentes promessas e grandioso futuro (DRG, 15/11/1891, p. 1).

Entre os dias 15 e 19 de novembro, o *Diário do Rio Grande* continuou destacando os acontecimentos que marcavam a situação do país. Nos assuntos de cunho regional, a folha buscou manter sua posição de suposta neutralidade, não opinando diretamente sobre os narrados “sucessos” de cada dia. Limitou-se a publicar manifestos dos governantes que substituíram Júlio de Castilhos e fazia referência aos eventos e proclamações em várias das cidades gaúchas. Tendo em vista as dúvidas quantos aos destinos do país, o jornal publicou uma matéria editorial intitulada “A nossa justificação”, na qual buscava demarcar sua postura diante dos eventos de então. Afirmava que, quaisquer que fossem as conseqüências da luta a que o Rio Grande fora provocado pela ambição desmedida do Marechal Deodoro, aconselhado por ministros trêfegos e desleais, uma coisa haveria que ninguém poderia negar a este Estado: a sua hombridade, altivez e patriotismo com que se revoltou, pujante de indignação, contra o nefasto despotismo do centro. Destacava o papel dos sul-rio-grandenses diante da ação autoritária dos governantes, explicando que, apesar de o ato ditatorial ter sido tacitamente sancionado por todos os outros Estados da União, ao Rio Grande ficaria a suprema glória de ser o único que protestara, com as armas na mão, contra a prepotência daquele que, tendo jurado respeitar a lei das leis, não hesitou nem teve escrúpulos de rasgá-la aos pés, como se ele só estivesse superior a tudo e a todos neste país, inclusive à Constituição da República e à soberania nacional (DRG, 15/11/1891, p. 1).

Posicionando-se diante do movimento de novembro de 1891, o jornal destacava que era possível que outros Estados compreendessem a enormidade do atentado representado pelo golpe e se revoltassem contra os que o praticaram, mas, se o não fizessem, nem por isso o Rio Grande sentiria enfraquecer o seu ardor, pois tinha a consciência de que a justiça estava do seu lado, que pugnava pela lei, pela liberdade e pelos mais elevados interesses sociais da família brasileira, o que viria a servir-lhe de estímulo para manter-se na posição que abnegada e patrioticamente acabara de assumir. Afirmava ainda que o Rio Grande sustentava uma causa simpática, a qual não visava a outro fim senão o triunfo da justiça, da razão e do direito de um grande povo sobre a prepotência e o despotismo de um indivíduo que abusara da elevada posição a que fora guindado pelos seus concidadãos, para retribuir-lhes com a ingratidão e os mais reprovados intuitos à honra e à confiança com que eles o distinguiram. Segundo o periódico, a comunidade gaúcha em conjunto encampara o espírito rebelde, e o maior exemplo

que dava idéia da importância e nobreza daquela causa era o afã e o entusiasmo com que toda a população rio-grandense, sem distinção de crenças partidárias, se agrupara em torno do estandarte da revolução e tanto procurara elevá-lo (DRG, 20/11/1891, p. 1).

Ao referir-se a uma certa união de forças em torno da revolta contra o golpe, o *Diário* não fazia alusões aos castilhistas, agindo assim deliberadamente, tendo em vista suas intenções de procurar não se imiscuir com a política estadual. Mesmo assim, ressaltava a unanimidade das adesões, a unidade de vistas, o entusiasmo que rebentara espontâneo de todos os corações, aclamando as forças do Exército e da Armada, organizando batalhões patrióticos e por todos os meios manifestando a sua solidariedade com a revolução, apontando que eram tantas as provas de que a rebelião – pela sua origem e pelos fins a que visava – encontrara eco simpático na alma rio-grandense. Para o jornal, se o movimento “reacionário” do Rio Grande precisasse de justificativa, tê-la-ia nos meios de defesa de que se rodeou o ditador, após o ato insólito da dissolução do Congresso Nacional, pois, como dizia o provérbio, “quem não deve, não teme”, mas o governo teria, porém, consciência de que havia incorrido em crime grave, por isso que, receoso das conseqüências, tratara de prevenir-se com todas as forças de terra e mar, para o caso de explodir a indignação dos patriotas, o que realmente viria a ocorrer. A folha concluía expressando que nesse acúmulo de forças mal compenetradas da sua missão, estava para o ditador a confissão do seu crime e para o Rio Grande a justificação do seu patriótico e enérgico pronunciamento (DRG, 20/11/1891, p. 1).

As críticas do *Diário do Rio Grande* direcionavam-se também ao principal auxiliar de Deodoro da Fonseca, ainda mais quando este, em plena crise, teria afirmado que o país manteria a estabilidade das instituições. Para o jornal, o Sr. Lucena, não satisfeito em impelir o Presidente da República a cometer o maior atentado político de que havia exemplo no Brasil depois de Pedro I, parecia ainda querer divertir-se à custa do bom senso e da verdade dos fatos. A folha fazia referência a um telegrama expedido pelo ministro, no qual, destacava a folha, ele teve o desembaraço de afirmar que a Constituição seria mantida, e isso precisamente depois de tê-la pisado aos pés com a dissolução do Congresso. Na concepção do *Diário*, a verdade era que o generalíssimo, e principalmente o Sr. Lucena, estavam aborrecidos do Congresso, porque este os contrariava, não fazia tudo o que eles queriam, procedendo pelas suas próprias inspirações e ao Executivo não convinha isso, pois desejava um Congresso subserviente, que agisse conforme as sugestões do chanceler da República. Diante disso, o periódico exclamava que, para que a obra governamental não

produzisse mais nocivos resultados além dos que tinha até então feito, se levantara o Rio Grande contra o poder ominoso do centro, prevendo ainda o jornal que provavelmente se levantariam outros estados da União, de modo que, aconselhando o Rio Grande a *arrepisar carreira*, o Sr. Lucena fora extremamente infeliz nas razões com que fundamentou o seu conselho, demonstrando que era mau conselheiro (DRG, 21/11/1891, p. 1). Esperando a adesão de outras unidades da federação, a folha rio-grandina esclarecia que o povo dos outros estados poderia não ter reagido como o rio-grandense, por não possuir quem o dirigisse ou com receio de insucesso das suas manifestações de indignação e patriotismo, fator do qual não se poderia supor que visse com bons olhos a traição de Deodoro (DRG, 22/11/1891, p. 1).

A renúncia do Presidente da República seria recebida com efusivos aplausos de parte do *Diário*, que publicou a matéria chamada “Triunfou a boa causa”, em que argumentava que a mesma não poderia deixar de ser a vencedora, já que a ditadura no Brasil, em pleno regime constitucional, no fim do século XIX, seria uma planta exótica que não poderia crescer no seio daquele povo ávido de liberdade. O jornal desafiava os governantes decaídos, destacando que não tinha importância o fato de o despotismo se rodear de forças duas ou três vezes superiores às dos defensores da liberdade, e que dispusesse do cofre das graças, do erário, das posições oficiais, de todos os elementos, enfim, com que os governos sabiam abafar as manifestações hostis dos que os incomodavam e contrariavam, diante da alma popular, comprimida por algum tempo pelos arcos da tirania, a qual acabara afinal, impulsionada pela moral pública e os mais elevados sentimentos, por abrir-se em catadupas de indignação e entusiasmo, e produzir os resultados que o Brasil inteiro festejava naquele momento (DRG, 23/11/1891, p. 1).

A “vitória sobre a tirania” era enaltecida também no artigo “Os triunfadores”, no qual o periódico afirmava que, comemorando, cheio de júbilo, o grande triunfo da lei e da democracia, era seu dever prestar a homenagem de respeito e de consideração aos que para esse triunfo mais concorreram. O jornal reconhecia os serviços inestimáveis prestados pelos revolucionários e a dedicação de que eles deram provas, os esforços que empregaram com a maior abnegação e sem medir sacrifícios, e destacava o papel dos mais desvelados campeões da patriótica cruzada, tão honrosa e brilhantemente terminada. Além das forças militares, o *Diário* elogiava a função no movimento rebelde desempenhada pelo conjunto da população, pois a sua conduta no momento histórico pelo qual acabara de passar o Rio Grande do Sul fora a mais nobre e elevada que se podia desejar. Segundo a folha rio-

grandina, a força armada e os demais iniciadores e chefes da Revolução tiveram no povo um auxiliar grandioso, pelo entusiasmado apoio moral que deu ao movimento. Na concepção do *Diário do Rio Grande*, não fora uma fração partidária que se insurgira e sim um povo inteiro que se levantara como um só homem, para, solidário com a força armada, repelir do solo sagrado da pátria a ditadura que a aviltava. Destacando ainda os inúmeros batalhões patrióticos que por toda parte se organizavam, a publicação apontava a profunda simpatia que o movimento de reação armada contra o despotismo do centro despertara neste povo varonil, sempre pronto para sacrificar-se pelo triunfo de todas as causas nobres e justas. Encerrava a matéria um verdadeiro grito de guerra: “Hurrah! pelos iniciadores e triunfadores da revolução libertadora!” (DRG, 23/11/1891, p. 1).

O *Diário do Rio Grande* passou a narrar efusivamente os acontecimentos que marcavam a vitória da revolução, expressando verdadeiro regozijo público pelo triunfo da revolta iniciada no dia 8, em homenagem à qual realizara-se uma imponente procissão cívica (DRG, 26/11/1891, p. 1). O jornal destacou também sessão solene da Intendência Municipal, realizada na casa da Câmara, comemorativa da queda da ditadura do marechal Deodoro, além de marchas, passeatas e variadas manifestações de apreço ocorridas na cidade em homenagem aos revolucionários de 8 de novembro (DRG, 27/11/1891, p. 1). Apesar de louvar a vitória da revolução, pouco mais de um mês depois da deflagração do movimento o *Diário* já manifestava suas preocupações com os destinos da vida política, mormente no quadro regional. Denunciava que graves boatos estavam chegando ao seu conhecimento, segundo os quais vários cidadãos pretendiam convocar a população para um *meeting* com o fim de depor diversos funcionários, e que para isso contavam com o concurso da guarnição da cidade. Pregando a idéia de um conagraçamento de forças em torno do espírito da Revolução de 8 de Novembro, a publicação afirmava que o período revolucionário terminara com a queda da ditadura, contra a qual o Exército se levantara na mais nobre e patriótica solidariedade, de modo que o regime de ordem deveria supor-se restabelecido desde a queda de Deodoro. Nesse quadro, segundo o jornal, o direito ocasional das deposições não tinha mais razão de ser, felizmente para os interesses da sociedade e da administração, pois promovê-lo seria rasgar a lei que garantia aos funcionários o livre exercício de seus empregos, enquanto não fossem legalmente exonerados, ou ainda seria estabelecer um precedente de desastrosas conseqüências para o Estado e a família (DRG, 11/12/1891, p. 1).

No dia seguinte, o *Diário* persistia em buscar promover a confraternização entre os diferentes atores do cenário político rio-

grandense e manifestava seu alívio ao noticiar que os militares não dariam sustento às ameaças de *derrubadas* contra os funcionários públicos. Destacava que, como previra, a briosa força militar não prestaria o seu valioso concurso para tentativas que tendessem a estabelecer a anarquia e a desrespeitar a lei e os direitos dos cidadãos, nem consentiria que tais atentados se praticassem. O jornal voltava a apelar para o espírito norteador do movimento de novembro, ou seja, havendo iniciado na cidade do Rio Grande o processo revolucionário que teve por desfecho a queda da ditadura, não poderia a força militar desta guarnição, em pleno funcionamento normal da administração pública, arcar com a responsabilidade de impatrióticas sedições, impulsionadas por mal avisadas paixões políticas com as quais nada tinha que ver, e muito menos prestar-lhes o seu concurso ou consentir em sua realização (DRG, 12/12/1891, p. 1).

De acordo com esse espírito harmonizador, o periódico rio-grandino argumentava não entender os motivos que levavam à manutenção do clima belicista no Rio Grande do Sul. Na opinião do jornal, não havia razão que justificasse a presença dos batalhões mobilizados em terras gaúchas, já que a revolução terminara a 23 de novembro, o que deveria determinar a pouca necessidade da reunião ainda dessas forças. Para o periódico, aquele esforço era desnecessário, estando, inclusive, a trazer prejuízos ao Estado, tendo em vista a carência de mão-de-obra nos campos; afirmava que distrair do trabalho útil centenas de homens, privando suas famílias do concurso valioso de seus chefes, consistia num erro crasso. Diante disso, a folha lembrava os motivos pelos quais fora promovida a Revolução de 8 de Novembro, a partir da qual a ditadura caíra, não governando felizmente mais o país, a partir daquele dia memorável. Tendo em vista essas premissas, o *Diário* continuava questionando sobre o motivo pelo qual continuavam ainda em atitude belicosa as forças populares organizadas expressamente para sustentar a Constituição contra aqueles que a haviam violado (DRG, 15/12/1891, p. 1).

Apesar de conhecedor do intrincado contexto político regional, com a manutenção do confronto entre os castilhistas, apeados do poder, e os segmentos oposicionistas, guindados ao governo, o *Diário do Rio Grande* preferia continuar apresentando uma proposta de fraternização, por mais improvável que esta pudesse parecer, diante do agravamento dos ódios partidários. Mais uma vez o jornal buscava lembrar o espírito do 8 de Novembro, destacando que, se alguém entrara na revolução tendo também em vista a queda de Júlio de Castilhos da posição que ocupava como presidente do Estado, isso já ocorrera, e com ele o partido que o apoiava, de modo que não poderia ter-se por objetivo a derrota de quem já se achava derrotado, ficando injustificável a

presença de forças populares em diversos pontos do estado. A folha questionava qual seria o objetivo desse manancial bélico, já que a população ignorava e precisava conhecer a verdade, pois os que viviam na esfera estranha às lutas, às conveniências e paixões partidárias teriam o direito de saber em que lei viviam (DRG, 15/12/1891, p. 1).

Para o *Diário*, esse clima de instabilidade só trazia prejuízos ao estado, mormente no campo socioeconômico. De acordo com a concepção da folha, o comércio, as famílias, em geral as classes que viviam do seu trabalho cotidiano e alguma coisa tinham a perder, possuíam *carradas* de razão para estar preocupadas, pois a movimentação das forças populares incutia-lhes o receio de que alguma coisa de grave havia ainda a resolver. O periódico denunciava que, se já haviam caído Deodoro e Castilhos, a presença daquele aparato belicoso denotava que parte dos que se envolveram na Revolução de 8 não estavam ainda satisfeitos, e perguntava o que queriam eles, se seriam plausíveis suas pretensões não-satisfeitas e se visariam ao interesse, ao bem-estar e à tranqüilidade da família rio-grandense. Segundo a folha, esse *desideratum* já fora conseguido com o restabelecimento da legalidade e com a deposição do Dr. Castilhos, manifestando suas incertezas quanto à permanência daqueles grupos armados. Destacava ainda que suas preocupações eram as mesmas do povo, do comércio e das classes conservadoras, que não haviam readquirido ainda a sua tranqüilidade de espírito, e que, pelo contrário, viviam seriamente apreensivas e com medos justificados do mal-estar social então observado. Finalmente, o *Diário* questionava se teriam sido prematuras as festas que se fizeram pela volta à legalidade, dúvida que só poderia ser sanada pelos mandatários do governo, os quais deveriam explicar-se para que ao menos a população soubesse que existiam ainda nuvens no horizonte e que era prudente acautelar-se contra tempestades que se estavam armando (DRG, 15/12/1891, p. 1).

Mesmo que o *Diário do Rio Grande* manifestasse forte interesse no retorno à estabilidade, ponto fundamental para a retomada da vida social e econômica do Rio Grande do Sul, ainda mais no que tange às práticas comerciais, base da economia rio-grandina, seus temores quanto às negras nuvens no horizonte logo se concretizariam. Como o próprio jornal apontara, os novos detentores do poder logo apresentariam cisões entre si, isolando-se os dissidentes republicanos no governo, vindo a ser criticados de um lado pelos castilhistas, e de outro, pelos representantes dos antigos partidos imperiais. As desavenças abririam espaço para o retorno de Júlio de Castilhos, mas as feridas abertas eram incuráveis e o caminho tornara-se sem volta em direção à guerra civil. Embora se manifestasse mais veladamente

quando se referia ao governo estadual, ao contrário de outras publicações que promoveram verdadeiro combate ao castilhismo, o *Diário*, lembrando seu passado liberal e de acordo com seu estilo, abraçou a causa da Revolução de 8 de Novembro, criticando com mais intensidade a Deodoro da Fonseca. Na concepção da folha, no entanto, a vitória daquele movimento representava o epílogo das disputas políticas, devendo prevalecer o bom senso entre os grupos em conflito, pretensão impossível para a conjuntura de então. Logo viria a Revolução Federalista, e, com a vitória dos castilhistas, eles empreenderiam esforços em prol de pulverizar qualquer resquício que lembrasse o 8 de Novembro de 1891.

Assim, ao contrário das idéias expressas no *Diário do Rio Grande*, o movimento rebelde do final de 1891 não encontraria eco histórico. Intentou-se demarcar nessa época o 8 de Novembro como o “glorioso” e “heróico” momento no qual o povo conseguira derrotar o “despotismo”. As dificuldades dos representantes das forças anticastilhistas em vencer suas próprias idiossincrasias e discrepâncias internas como grupo oposicionista, a crescente arregimentação das forças ligadas ao castilhismo e, finalmente, o apoio do governo central a estas, levariam à queda daquele governo formado por oposicionistas. O predomínio definitivo de Júlio de Castilhos e de seu herdeiro Borges de Medeiros, ao longo de praticamente toda a República Velha, levaria a um forçado esquecimento daquela revolta de novembro de 1891. Prevalecera a visão dos vencedores, silenciando-se ou desvirtuando-se os anais da história acerca da Revolução de 8 de Novembro, a qual acabaria por perder espaço junto à memória coletiva. Nas tradicionais exaltações do “espírito revolucionário” sul-rio-grandense, não houve vez nem voz para os derrotados, e, nesse quadro, aquela revolta foi condenada ao ostracismo em relação ao panteão das “heróicas revoluções” gaúchas⁵.

As décadas de predomínio do modelo castilhista-borgista deitaram um véu escuro e quase impenetrável sobre os acontecimentos que levaram àquele breve interregno em que os anticastilhistas estiveram no poder. O *Diário do Rio Grande* desejava que o 8 de Novembro fosse transformado numa das datas cívicas nacionais, considerando que o mundo civilizado haveria de reconhecer o que ocorrera no país, num evento pelo qual uma fração da gloriosa nacionalidade reagira, não recebendo passivamente a afronta imposta pelo ditador. Para o jornal, a história viria a fazer a devida justiça ao povo brioso e altivo, que dera a mais brilhante prova da sua abnegação

⁵ ALVES, 1999a, p. 41.

e do seu civismo, rompendo com o centro por amor da liberdade da pátria, conculcada pelos que deviam ser os primeiros a prestar-lhe culto (DRG, 20/11/1891, p. 1). A história, entretanto, foi silenciada – como o seria também, pouco depois, o próprio *Diário* – e o que permaneceu foi um vazio diante dos acontecimentos que marcaram as reações contra o autoritarismo governamental. Os indivíduos que lutaram por uma idealizada “verdadeira república” acabariam por ver uma outra república ser implementada, restando o sepulcral silêncio sobre os fatos e os homens de novembro de 1891, constituindo-se o *Diário do Rio Grande* – junto de alguns outros escassos jornais remanescentes – numa das poucas referências que ainda mantêm os registros de uma revolução quase esquecida pela história.